

Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa

Helena Vilaça

Procuraremos no presente artigo reflectir sobre algumas questões que se prendem com a problemática geral da participação social e dos movimentos sociais — reflexão que faz parte de um trabalho que temos a decorrer — atribuindo, neste caso, um especial destaque a questões como território e identidades*.

As transformações ocorridas nos últimos vinte e cinco anos, sem destringa visível do «colapso» económico e social do Estado Providência e com ênfase especial nas vicissitudes e contradições do regime fordista de acumulação, têm sido indubitavelmente apontadas como indicadores do agravamento da crise da modernidade. Um outro aspecto, não menos importante, e de cariz cultural, reporta-se ao movimento estudantil e juvenil dos anos 60. Dimensão cultural da crise económica, este movimento vem despoletar uma luta que rivaliza com o movimento operário, ao mesmo tempo que assinala as primeiras manifestações da subjectividade contra a cidadania. Tal é apreensível na recusa da lógica produtivista e consumista e no alerta para as situações opressoras quase sempre esquecidas num campo mal definido entre o público e o privado e que no fundo têm mais a ver com as múltiplas dimensões do quotidiano.

Neste sentido, algumas das actuais mudanças tornaram-se perceptíveis ao nível da emergência de novos valores e da relativização dos mesmos. Parecem surgir novos actores sociais desvinculados das

¹ Este texto foi apresentado no Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia «Dinâmicas culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local», Vila do Conde, 1 a 3 de Abril de 1993. Posteriormente à apresentação dessa comunicação, procedemos a alguns desenvolvimentos de que aqui damos conta.

tradicionais conotações revolucionárias. Segundo Alain Touraine², as actuais tendências estão relacionadas com o desenvolvimento de culturas diferentes e de identidades específicas: «cultura da juventude», «cultura comunitária» ou «marginal», «cultura homossexual», etc. A sua proposta, orienta-se no sentido de nos virarmos mais para a cultura, os hábitos e costumes, as mudanças científicas e éticas.

A ausência de um conjunto de valores comumente aceite e o aparecimento, em seu lugar, de uma cultura pluralista com sistemas de valores concorrentes — o que em parte se deve à existência de múltiplos agentes de socialização também em concorrência — conduziu à dissolução das comunidades tradicionais de carácter abrangente e totalizante e à crise das relações sociais.

Esta relativização dos valores ou, mais propriamente, o «desaparecimento de uma ordem objectiva de valores» tem sido concomitante de um processo de individualização — com raízes no renascimento e afirmação no racionalismo progressista e no romantismo — que conjugado com a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo desembocou num individualismo acentuado³. É que este «voltar-se para dentro de si próprio» que é, em suma, o fenómeno da *reflexividade*, embora inerente a toda a acção humana, toma um sentido diferente com a modernidade, introduzindo-se nas bases do seu sistema de reprodução⁴. A proliferação do individualismo (associada em termos culturais a um certo narcisismo) tem sido de tal modo significativa a ponto de suscitar múltiplas reflexões e estudos em vários ramos das ciências humanas — em Psicologia manifesta-se, por exemplo, através dos trabalhos sobre o «self»⁵.

A perda de uma «ordem objectiva de valores», a par do isolamento e da distanciação do meio social, originaram um estado de

² ALAIN TOURAINE, *Le Retour de Vacteur*, Paris, Fayard, 1984, p. 79.

³ A. TEIXEIRA FERNANDES, «Individualismo, subjectividade e relação social», Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, n.º 7, 1990, pp. 3, 4 e 5. Confirma-se ainda «Modernidade e eutanásia», *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991, pp. 68, 69 e 70.

⁴ ANTHONY GIDDENS, *The consequences of modernity*, Cambridge, Polity Press, 1991, p. 38.

⁵ A este propósito ver, por exemplo, JOSÉ AZEVEDO, *Perspectivas integradoras do desenvolvimento da identidade na adolescência*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, Faculdade de Letras, 1989. «Por sua vez, na Psicologia tem vindo a registar-se um crescente interesse pelo estudo do «self», multiplicando-se as investigações sobre temas como o auto-conceito, a auto-estima, o auto-conhecimento e a identidade», *o. c.*, p. 1. Do mesmo autor, ver também «Perspectivas psicossociais no estudo da identidade», *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Sociologia, vol. II, Porto, 1992, pp. 114 e 116.

incerteza e insegurança que conduziu ao questionar das crenças da própria modernidade: crescimento, progresso e razão são postos em causa. Só que esta atitude de desencanto não se fez acompanhar do retorno aos mitos e crenças da sociedade pré-moderna. Pelo contrário, passou a verificar-se uma atracção pela ideia de crise permanente — o que é a negação do sentido transitório de crise —, de «vazio»⁶ e de decadência. É a ideia de que nada vale a pena pelo menos no que concerne aos grandes ideais.

Este cenário aparentemente «negro» não é, no entanto, sinónimo de um total pessimismo. A crise da modernidade iniciada no século XX e, segundo alguns autores associada ao advento da pós-modernidade, não é vista (pela maior parte desses mesmos autores) com um sentido propriamente negativo e dramático, antes como um caminho para a felicidade e a realização dos indivíduos⁷ — uma vez que o seu campo de movimentação se inscreve num quadro de maior liberdade e desse modo com virtualidades para o alargamento do leque de opções.

Mas, retomando o fio das anteriores questões, e desta vez no que refere ao Estado, assiste-se, por parte deste, ao abandono progressivo da sua função de elemento unificador da vida social, e ao seu distanciamento da mesma. Um exemplo que evidencia bem este fenómeno é o de os indivíduos se desvincularem dos partidos — com uma representatividade cada vez mais fraca nas nossas sociedades — e optarem por outro tipo de instituições como as associações que tratam assuntos da vida quotidiana. Hoje, a recriação do espaço público passa pelas possibilidades de liberdade de *invenção* de formas de associação como via para uma maior participação dos cidadãos⁸. As procuras sociais

⁶ Esta ideia de vazio é particularmente desenvolvida por GILLES LIPOVETSKY, *A era do vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.

⁷ No âmbito de uma análise de alguns autores «conotados com as correntes pós-modernas» e concretamente sobre esta faceta «optimista» do pós-modernismo ver HELENA SANTOS in *Pensar o cultural: itinerário para uma reflexão*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, Faculdade de Economia, 1991, p. 71: «Este «vazio» (na terminologia de G. LIPOVETSKY) das sociedades pós-modernistas não terá que ser, no entanto, um drama social, designadamente para o sistema democrático. Se BELL se preocupa com a possibilidade de a cultura não reencontrar uma coerência interna, outros autores (LIPOVETSKY e YONNET) vêem naquele vazio a oportunidade para a concretização da «verdadeira democracia».

⁸ A. TEIXEIRA FERNANDES, *Os fenómenos políticos*, Porto, Afrontamento, 1988, p. 310. Ver também do mesmo autor, «Formas e mecanismos de exclusão social», *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991, p. 52, onde é indicado o Estado Providência como o principal entrave à «afirmação de solidariedades locais» e à «reconstituição do tecido social», em função do processo de segmentação das relações sociais que instaurou.

têm lugar, por regra, extra partidos. De uma forma mais radical, é dito que se assiste ao fim das «paixões políticas» e dos «mitos neo-românticos» da velha esquerda⁹.

Para Claus Offe¹⁰ os valores tradicionais da modernidade como a «liberdade e segurança do consumo privado e do progresso material» vão sendo secundarizados face ao aparecimento de novos valores, como os de *autonomia* e de *identidade*, em sinal de oposição ao controlo centralizado. Trata-se, enfim, de reacções ou contra-tendências muitas vezes baseadas na reabilitação de valores tradicionais: a defesa do local, a valorização das sociabilidades, as pequenas associações, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo.

A PROPÓSITO DE IDENTIDADES E TERRITÓRIO

No desenvolvimento das ideias anteriormente expostas parece ter todo o cabimento afirmarmos que as questões de identidade adquiriram uma ênfase especial e um estatuto privilegiado no actual debate, o qual não se restringe unicamente aos domínios da ciência mas se estende ao discurso político-ideológico e à linguagem do senso comum.

De acordo com José Azevedo¹¹ são elucidativos desta busca e afirmação de identidade os fenómenos contemporâneos de nacionalismo que ressurgiram em toda a Europa de Leste após a queda do muro de Berlim e as resistências relativamente à Comunidade Europeia, mais propriamente ao Tratado de Maastricht — permanecendo sempre subjacente o medo de dissolução de identidades culturais perante a governação de órgãos «supranacionais».

Também a nível individual proliferam as perturbações psicológicas relacionadas com uma busca de identidade, o que é produto do desmoronamento de valores e de ideais que anteriormente tivemos

⁹ ALAIN TOURAINE, *Le Retour de Vacteur*, pp. 82-87, e JEAN COHEN, «Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements», *Social Change*, vol. 52, n.

¹⁰ Cfr. quadro elaborado por este autor com a sistematização das «Principais características dos «velhos» e «novos» paradigmas da Política». CLAUD OFFE, «New social movements: challenging the boundaries of institutional politics», *Social Change*, vol. 52, n.º4, 1985, p. 832.

¹¹ JOSÉ AZEVEDO, «Perspectivas psicossociais no estudo da identidade», p. 111.

oportunidade de referir. Perante a ausência de um ideal dá-se o retorno do indivíduo para si mesmo, a procura da sua imagem. Em suma:

«Temos assim que quer na esfera colectiva quer na individual se verifica uma crescente dificuldade e complexidade para a definição de uma identidade»¹².

O conceito de identidade em Sociologia terá necessariamente de assumir um carácter relacional à semelhança do que também acontece na Psicologia¹³. A produção social de identidades opera-se pela conjugação de um processo de pertença e de referência — veículo para a integração do indivíduo no grupo — com um processo de oposição face a uma alteridade que se torna tanto mais perceptível quanto maior for a solidez da pertença. Tal como o afirma Madureira Pinto¹⁴:

«...é importante não se perder nunca de vista que as identidades sociais se constróem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto conivências e infidelidades recíprocas».

Embora hoje surjam com especial impacto os movimentos de afirmação identitária a nível local e regional — e assim se coloca também a questão do território —, para o autor não é completamente transparente que tais movimentos reunam maior intensidade que noutros tempos — o que conseguem é uma maior «visibilidade pública». Por outro lado, pode acontecer que certas identidades sejam produzidas exteriormente como se constatou, por exemplo, em Alfama¹⁵.

Todavia, e tal como nos diz António F. Costa, podem existir processos próprios, isto é, endógenos de produção de identidade basea-

¹² JOSÉ AZEVEDO, *O. C.*, p. 112.

¹³ JOSÉ MADUREIRA PINTO, «Considerações sobre a produção social de identidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, CES, 1991, p. 218. No campo da Psicologia ver, também sobre o carácter relacional da identidade KAJ NOSCHIS, *Signification affective du quartier*, Paris, Librairie des Meridiens, 1984.

¹⁴ JOSÉ MADUREIRA PINTO, *O. C.*, p. 219.

¹⁵ ANTÓNIO FIRMINO DA COSTA, «Alfama: entreposto de mobilidade social», *Cader nos de Ciências Sociais*, n.º 2, Porto, Afrontamento, 1984.

dos na trama das relações sociais e na especificidade sócio-ecológica do bairro. Ao nível concreto do meio urbano, a permanência e o enraizamento espaciais poderão favorecer o desenvolvimento de solidariedades tantas vezes expressos nas redes de vizinhança, ou nos mecanismos múltiplos de aquisição de prestígio local (capital simbólico), elementos estes passíveis de produção de identidades e solidariedades. Num mesmo sentido, mas expresso noutros termos diz-nos Teixeira Fernandes ¹⁶ a propósito dessa relação mais *abstracta* ou mais *concreta* que os grupos sociais estabelecem com o espaço/território que (usu)fruem e o qual serve de palco de interações e relações sociais:

«Quem tem uma relação abstracta com o espaço, refere-se a uma multiplicidade de lugares, como realidades homogéneas e permutáveis. A sua identidade tende a ser débil e constrói-se de outro modo. Mas se nas classes médias e sobretudo superiores se pode encontrar uma identidade forte coexistente com uma relação mais abstracta com o meio, nos bairros populares prevalece «a relação concreta ao espaço, que era típica da aldeia na sociedade tradicional». Este tipo de relação contribui tanto para a construção como para o controlo da identidade».

Estes processos, no sentido em que legitimam os objectivos do grupo (ou grupos) podem conduzir à constituição de actores colectivos que lutam ora por melhores condições de vida urbana ora pela afirmação de autonomias locais e regionais, procurando novas formas de dialogar com o Estado e evitando os canais mediadores tradicionais — a criação e expansão das associações poderá ser entendida como facto exemplificativo da situação que acabámos de escrever. Noutro sentido e estabelecendo uma ligação entre identidade e cultura — especialmente espaço cultural — podemos considerar que a identidade colectiva local assume toda a importância ao nível da «formação de uma democracia participativa» traçando, por outro lado, as condições conducentes a processos de mudança e de desenvolvimento ¹⁷.

¹⁶ A. TEIXEIRA FERNANDES, «Espaço social e suas representações», *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Sociologia, vol. II, Porto, 1992, p. 77. Nessa mesma página podemos ler ainda: «A análise destas relações torna-se indispensável ao conhecimento dos tempos espaço do quotidiano das pessoas e para se compreender as suas próprias reivindicações. Em meio próprio, contraposto ao público o grupo manifesta a sua autonomia e identidade».

¹⁷ A. TEIXEIRA FERNANDES, «Poder local e democracia», *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Sociologia, vol. II, Porto, 1992, pp. 46 a 52. «A democracia participativa passa, portanto, pela afirmação de uma identidade no interior de uma cultura. É a identidade que torna a autonomia verdadeiramente participativa». *O. c.*, p. 52.

No entanto, seria demasiado avançado considerarmos que as acções e iniciativas, anteriormente descritas, nos colocam perante *sujeitos* transformadores e alternativos do quadro político tradicional¹⁸ como o atestam algumas teorias demasiado entusiásticas dentro da problemática dos Novos Movimentos Sociais (NMSs) e do próprio associativismo.

Sendo ainda fundamental ter sempre presente que:

*«...tanto o sistema de diferenciações, desigualdades e hierarquias sociais, como os processos de identificação que lhe correspondem não são independentes de modos de categorização jurídico-administrativa que por iniciativa ou delegação do Estado, visam regular alguns subsistemas de relações sociais e respectivos potenciais de conflitualidade»*¹⁹.

ASSOCIATIVISMO

No ponto anterior foi sugerida a hipótese (embora em termos pouco explícitos) de a criação de associações poder ser uma das modalidades possíveis para os grupos lutarem e afirmarem a sua identidade, estabelecendo, por outro lado, os limites (geográficos e outros) do seu território.

A participação social foi uma questão que «esteve na moda», principalmente, em França nos anos 60 e 70. Participação tanto no trabalho como no lazer; nos domínios tradicionais da política e do social ou em novos domínios de intervenção e participação colectiva. Todo esse fenómeno «explosivo» encontrou, na maior parte dos casos, materialidade em associações diversas. Essa proliferação do movimento associativo começou a ser então considerada como indicador de democratização e maior participação da sociedade civil²⁰. Retomando a problemática anterior parece-nos que este «boom» associativo está também fortemente relacionado com uma procura de identidades por parte de

¹⁸ RUTHE C. L. CARDOSO, «A sociedade em movimento: novos atores dialogam com o Estado», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, CES, 1991, pp. 104 e130.

¹⁹ J. MADUREIRA PINTO, *O. C.*, p. 229.

²⁰ Têm-se destacado em França, nos últimos anos, diversos trabalhos de pesquisa empírica com o objectivo de caracterizar o novo associativismo e respectiva base social. Encontram-se nesta linha, entre muitos outros, os estudos de DOMINIQUE MEHL, «Culture et action associatives», *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1982, e de RICHARD BALME, «La participation aux associations et le pouvoir municipal», *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987.

grupos bem diferenciados que vêm nas instituições legalizadas, como é o caso das associações, meios para mais facilmente alcançarem os seus objectivos.

Os trabalhos mais recentes na área do associativismo sustentam a hipótese de que a nova dinâmica associativa se manifesta não tanto nas camadas operárias e meios populares mas em grupos e classes sociais de maiores rendimentos e mais elevados níveis de instrução. Richard Balme²¹ vê este envolvimento por parte da classe média assalariada nas associações como uma busca de novas identidades e solidariedades.

Semelhantemente ao que sucedeu relativamente aos NMSs que eclodiram em meados da década de 70, também o associativismo conheceu um novo impulso nessa mesma data, pautando-se por formas de agir muito próximas e mesmo coincidentes com as dos NMSs; quer isto dizer que esse novo associativismo teve como traços dominantes: a complexidade, a heterogeneidade (da base social) e o centramento em questões que escapavam aos tradicionais conflitos sociais e políticos, revestindo-se aparentemente de um certo apolitismo e abarcando, assim, novos sectores da vida social.

Apesar de toda essa diversidade que aparentemente existe, D. Mehl propõe-se procurar apreender a unidade do movimento associativo, tomando como ponto de partida a tarefa de esboçar os «contornos de uma cultura política específica»²². Ao afastar, deste modo, a intenção de criar tipologias, o seu foco de interesse orienta-se para três dimensões do campo das associações e do movimento associativo, as quais contituem no âmbito da nossa pesquisa vertentes importantes: a) a cultura associativa; b) os papéis e as funções das associações; c) os actores do movimento social.

É aqui entendido por cultura associativa o conjunto de valores comuns e de temas que servem de linha de orientação, isto é, o conjunto de representações que é partilhado pelas diferentes associações. E dentro da cultura associativa considera como linhas analíticas: a *qualidade de vida* (tema importante tanto para as associações ligadas ao consumo e à defesa do consumidor como para as associações de lazer) ligada à ideia de que a realização individual passa pela melhoria de vida material e extra trabalho; as *relações sociais*, sendo consideradas as associações como prolongamento das redes familiares, redes essas que são «revivificadas por relações interindividuais que as associações

¹ RICHARD BALME, *o. c.*, p. 602.

² DOMINIQUE MEHL, *o. c.*, p. 25. Diz a autora, «Apesar da variedade das intervenções que ela suscita, a «mouvance» associativa joga um papel particular na gestão dos conflitos sociais, ocupa um lugar que lhe é próprio no campo político e social».

tendem a humanizar»; o *Estado* enquanto principal adversário e interlocutor das associações, as quais em contrapartida se assumem como porta-vozes da sociedade civil; o *jogo político*, aspecto que levanta o problema do «apolitismo» e consequente crítica aos partidos, pela sua incapacidade e falta de pragmatismo na resolução dos problemas do quotidiano; o *local*, elemento valorizado e alternativo ao mundo político tradicional; a *democracia local*, dimensão a ser analisada também dentro da perspectiva da crítica do Estado.

Em suma, para D. Mehl há, assim uma valorização do indivíduo, da família e dos grupos de afinidade em detrimento das classes sociais e dos grupos profissionais. De igual modo evidente será a discussão da autonomia da sociedade civil — correlativa de noções como as de cidadania, descentralização, democratização e participação — e o paradoxo manifesto na defesa da autonomia da sociedade civil, por um lado, mas por outro, a evidência de reivindicações que obviam uma interferência do Estado na sociedade²³. Quanto aos partidos políticos, eles vêm ameaçada, ou no mínimo questionada, a sua função de mediadores políticos face às reivindicações de um novo modo de gestão onde prepondere o local e as diversas instituições que dele fazem parte. Nesse modelo o associativismo contribuirá para uma nova dinâmica política nas colectividades locais²⁴.

É ao nível deste novo contexto, que as associações devem ser situadas, uma vez que lutam por ter uma palavra a dizer ao nível da gestão política local e do quotidiano em geral. Através delas, os indivíduos, exercendo um direito de cidadania, como acontece em certas situações de marginalidade social —, conseguem organizar as populações locais que se vêem assim representadas por órgãos que lhes são mais próximos, com os quais se *identificam* porque têm aí uma intervenção directa²⁵. A dinâmica associativa traduz uma «procura generalizada de participação» — que julgamos ser também uma busca

²³ RICHARD BALME na sua análise das capacidades de acção das associações nas colectividades locais, constata que apesar do associativismo se apresentar como portador de uma nova dinâmica política, a sua intervenção acaba por se tomar bastante limitada face a um poder autárquico que negocia sempre estabelecendo uma relação desigual. *O. c.*, pp. 603, 624, 625 e 629.

²⁴ DOMINIQUE MEHL, *O. C.*, p. 30. A este propósito, diz a autora «O movimento associativo tem um papel específico na regulação social, responde a funções sociais particulares, ocupa um lugar original no sistema político-social», p. 30. Todavia e curiosamente D. MEHL afirma que, em França, esta cultura política tem raízes em fracções dos partidos políticos tradicionais, ligados à esquerda, e mais propriamente no Maio de 68, pois nessa época surgiram discursos que combateram o centralismo em defesa da iniciativa local. Cfr., de igual modo, R. BALME, *O. C.*, p. 602.

²⁵ LUÍS CAPUCHA, «Associativismo e modos de vida», *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 8, 1990, p. 33.

de *identidades* por parte de grupos diversificados — procura essa que constitui, segundo Mehl, um dos pontos comuns do actual movimento associativo.

Outro facto relevante diz respeito ao papel assumido pelas associações em termos da reestruturação das redes de sociabilidade local, paralelamente ou em alternativa às instituições tradicionais como a família, a Igreja, ou a comunidade local. Esta reestruturação não se confina à recriação ou reprodução das sociabilidades antigas, ela passa principalmente pela criação de novas formas de sociabilidade, de que são exemplo os restaurantes e mercearias vegetarianas e macrobióticas, tipos diferentes de livrarias, ou as cooperativas de artesanato urbano. É também ligado ao movimento associativo e aos NMSs — temática que desenvolveremos de seguida — que surge «a defesa do consumidor, a defesa urbana, a contestação feminista e ecologista. As associações são o seu instrumento organizacional específico»²⁶. Equacionando o problema nestes termos ficamos perante o cruzamento e a conciliação das duas problemáticas que iremos procurar tratar ao longo do presente texto, enquanto enquadramento de questões como *identidade* e *território*: os movimentos sociais (com especial incidência nos NMSs) e o associativismo — particularmente as formas de associativismo mais recentes. Tal como conclui D. Mehl²⁷:

«o movimento associativo representa também o recipiente no qual são formados, identificados, desdobrados dos contrassistemas ideológicos, portadores de novos movimentos sociais, pondo em causa, pelas suas ideias e os seus combates, os valores da sociedade industrial para o movimento ecológico, valores da sociedade patriarcal para o movimento feminista».

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais constituíram frequentemente parte do estudo das associações voluntárias. Considerá-los segundo esse prisma significaria destituir esse campo de investigação de autonomia e enquadrá-lo em limites deveras redutores. Mas por outro lado, admitimos que se impõem pontos de intersecção entre estas duas noções, na sequência dos quais elas se tornam correlativas. Tal como os movimentos sociais, as associações voluntárias pressupõem a existência de

²⁶ DOMINIQUE MEHL, *o. c.*, p. 33.

²⁷ DOMINIQUE MEHL, *o. c.*, p. 34.

um grupo de indivíduos que congregam esforços com vista à prossecução de um ou mais objectivos, relacionados com a satisfação de interesses e aspirações comuns.

A nossa opção metodológica de articulação destas duas problemáticas, movimentos sociais e associativismo, encontra o seu principal fundamento no facto de ambas constituírem campos férteis para a análise das novas reivindicações e lutas sociais²⁸ ou, num sentido mais lato, as novas modalidades de participação social.

De acordo com os novos valores, e como já o referimos, é recusado o culto do Estado ou da sociedade (frequentemente traduzido no «amor à Pátria») e defendidas as liberdades individuais em detrimento das colectivas²⁹. Alain Touraine admite a possibilidade de que neste contexto surjam actores sociais — certamente conotados com os Novos Movimentos Sociais (NMSs) e com as novas temáticas — em busca de uma reconstituição da sociedade civil.

Apesar das características atribuídas à actual sociedade — que sucintamente atrás descrevemos — e das indefinições várias com que nos deparamos, têm ocorrido novas formas de contestação pela parte de determinados grupos que numa sociedade massificada aparentam buscar uma identidade própria.

A problemática dos movimentos sociais e principalmente a dos novos movimentos sociais (NMSs) — bem contemporânea da crise do Estado e da modernidade — tem-se revelado, desde meados de 70, como terreno fértil de investigação; originando, por isso mesmo, variados e extensos trabalhos quer ao nível da produção teórica, quer em termos de pesquisas empíricas. Podemos mesmo dizer que a temática dos novos actores sociais e dos NMSs tem obtido especial destaque na produção sociológica da última década.

Não obstante, não teria lugar aqui a proposta de aprofundarmos ou mesmo enunciarmos, num esforço exaustivo, o conjunto de abordagens e teorias sobre os movimentos sociais, sejam eles os tradicionais ou os chamdos «novos». A nossa pretensão é antes a de mencionar, em termos breves os principais eixos teóricos que presidem à caracterização dos NMSs e que, simultaneamente, se afigurem pertinentes às questões que ocupam, neste lugar, o centro da nossa atenção.

Em primeiro lugar, e ainda a título de nota introdutória, esclareçamos que a nossa opção em reflectirmos sobre a problemática dos

²⁸ No caso particular do associativismo, JOSÉ MANUEL VIEGAS refere que têm sido privilegiadas no seu estudo as linhas de orientação que o situam nos «novos campos das lutas sociais» e o articulam com democracia. Cfr. «Associativismo e dinâmica cultural», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 1, 1986, pp. 107 e 108.

²⁹ ALAIN TOURAINE, *Le retour de Vacteur*, pp. 51 e 52.

NMSs (e correlativamente a do actual associativismo) num Encontro que — entre outras coisas — pretende pensar o local, a cidadania, as questões de identidade e de autonomia assenta nos seguintes pressupostos:

- a) Os NMSs e os movimentos sociais em geral têm constituído para além de uma das dimensões possíveis de participação social, importantes e potenciais agentes de transformação;
- b) As principais áreas temáticas dos NMSs coincidem, em boa medida, com os fenómenos que pretendemos analisar: identidades, autonomias e territorialidade;
- c) A fase de maturação e institucionalização dos movimentos sociais tem sido paralela, não raras vezes, à sua adesão a um modelo tipo associativo — forma institucional que faculta a legitimação e organização das reivindicações, nomeadamente nas áreas mencionadas na anterior alínea;
- d) Ou inversamente a acção encetada por associações no alcance dos seus objectivos, em certos momentos da história e em circunstâncias conjunturais específicas, tem criado a dinâmica e adquirido as características de movimento social.

O termo movimento social faz parte de um campo que nem sempre foi bem delimitado na análise sociológica. Frequentemente fez parte do estudo das associações voluntárias, podendo-se enquadrar na linha de trabalhos que analisavam o ciclo de vida dos movimentos sociais através do percurso de uma ou mais associações³⁰.

As grandes mudanças operadas no mundo moderno (principalmente nos últimos dois séculos) estão relacionadas com a acção dos movimentos sociais. Basta citar o movimento operário e os movimentos de independência nacional.

Mesmo quando estes não atingiram a realização plena de todos os seus objectivos, as suas esferas de influência foram-se alargando a ponto de a sua acção contribuir para a formação da opinião pública. Para além de que os movimentos sociais têm constituído muitas vezes ponto de passagem para dirigentes de partidos políticos. É sabido que muitas das figuras da cena política tiveram um papel importante em lutas estudantis, movimentos de libertação nacional ou sindicatos.

³⁰ *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vols. 13 e 14, New York, The MacMillan Company and the Free Press, 1972, p. 445: «A maior parte dos estudos sobre os movimentos sociais têm incidido na investigação do percurso das associações, desde as fases de entusiasmo colectivo até às actividades de grupos formalmente organizados. Em tais estudos o movimento é identificado com os objectivos e acções das organizações».

Mas, voltando à questão da origem do termo movimento social, constatamos que o termo surgiu, ou foi utilizado pela primeira vez, no princípio do século passado para designar o movimento operário ou a classe trabalhadora, conotação que durou até à segunda década do nosso século. Esta é a concepção clássica de movimento social, correlativa à instituição de uma nova ordem social e política, alterando por completo as instituições de propriedade e de distribuição de poder³¹. E de facto, a classe operária foi adquirindo ao longo do século passado, poder político, objectivo esse alcançado através de conquistas que promoveram e emanciparam o proletariado, subordinando a «autonomia individual» — entendida como burguesa — à «autonomia de associação»³² e na sequência à acção colectiva e ao princípio de emancipação. As reivindicações do movimento operário cada vez mais se transformaram em negociações institucionalizadas — isto ao nível dos países centrais — ao longo do período do capitalismo organizado e nessa medida a «emancipação» foi cedendo lugar à «regulação»³³, anunciando assim o fim da sua própria utopia.

Entretanto, o termo ganhou um sentido mais amplo; basta recordarmos os camponeses e agricultores que apoiaram o nazismo, os já mencionados movimentos de independência nos territórios colonizados³⁴ e mais recentemente os movimentos feministas, ecologistas e pacifistas. Isto quer dizer na interpretação de J. Habermas, que muito embora o conflito de carácter classista nas democracias do Estado Social se tenha institucionalizado, ou mesmo extinguido, as possibilidades de protesto permanecem³⁵: podem-se ter deslocado para outras áreas de conflito, mas não desapareceram. Mas uma coisa parece certa, os principais protagonistas não são mais os partidos e os sindicatos — tradicionais interlocutores, nas democracias representativas, da classe operária —, da mesma forma que os conflitos deixam de ter lugar na esfera de reprodução material e deixam de se confinar aos problemas de redistribuição³⁶.

³¹ *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 439.

³² Cfr. A. TEIXEIRA FERNANDES, «Formas e mecanismos de exclusão social», *o. c.*, p. 51. Relativamente ao exercício da «autonomia colectiva» o problema põe-se, segundo o autor, quando este não tem lugar num contexto democrático, pois nesse caso em que o domínio pessoal é submetido ao colectivo podem emergir «formas extremas de servidão».

³³ B. DE SOUSA SANTOS, «Subjectividade, cidadania e emancipação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Coimbra, CES, 1991, p. 164.

³⁴ *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 439.

³⁵ JÜRGEN HABERMAS, *Théorie de Vagir communicationnel*, vol. 2, Paris, Fayard, 1987, pp. 431e432.

³⁶ *Idem*, p. 432. J. HABERMAS conclui «Em suma, os novos conflitos não nascem de problemas de redistribuição mas de questões que tocam a «gramática das formas de vida»», referindo-se em concreto às questões da «reprodução cultural, integração social e socialização».

Os movimentos sociais mais recentes — que todavia já têm mais de vinte anos — demarcam-se ao nível dos objectivos, actores, modalidades de acção e estratégias (entre outros aspectos) dos movimentos sociais tradicionais.

Sujeito a designações diversas³⁷, o termo NMSs data de meados da década de 70, genericamente associado a movimentos pacifistas e antinuclear, feministas, ecológicos, de autonomia local e descentralização, entre outros. Regra geral os NMSs criticam os excessos de regulação da sociedade moderna e respectivo ideal de riqueza, apontando, por outro lado, as várias opressões existentes. Esta expressão tem levantado vários problemas de definição, em virtude de não existir um acordo em termos teóricos e de, conseqüentemente, poderem ser colocadas questões tão pertinentes como aquelas formuladas por Jean Cohen:

*«Em que tipos de sociedade ocorrem os movimentos? Que continuidades ou descontinuidades existem em relação ao passado? Que instituições estão em causa? Quais são as apostas políticas gerais das contestações? E quais as possibilidades a desenvolver permitidas culturalmente aos actores colectivos?»*³⁸

Seja maior ou menor p nível de aprofundamento e de clarificação das questões acima transcritas o facto é que estes novos movimentos têm despertado o interesse e o trabalho de investigação em numerosos autores, os quais têm adoptado paradigmas ora centrados nas questões de *estratégia*, ora valorizando os princípios de *identidade* e *solidariedade*.

Jean Cohen³⁹ compara esses dois grandes paradigmas teóricos com o objectivo de estabelecer parâmetros de conciliação e complementaridade entre essas duas abordagens. Assim, temos a teoria do *«recurso-mobilização»*, da escola norte-americana — em termos de autores Charles Tilly surge como principal referência —, inserida na

³⁷ Tal como refere CLAUS OFFE, várias são as expressões que têm sido utilizadas para designar estes movimentos nos diversos textos que abordam o assunto, quase todas elas sugerindo ruptura e descontinuidade: «novos movimentos de protesto», «nova política», «novo populismo», «neo-romantismo», «comportamento político não ortodoxo», etc. *O. c.*, p. 825.

³⁸ JEAN COHEN, *o. c.*, p. 671.

³⁹ *Idem*, p. 665. JEAN COHEN faz uma importante referência a J. HABERMAS que na sua obra *Théorie de Vagir communicationnel*, mostra as potencialidades de complementaridade entre os paradigmas da acção colectiva, muito embora não se referindo directamente aos movimentos sociais, propriamente ditos, mas à teoria social no seu todo.

corrente empírico-analítica das ciências sociais e regida por uma lógica neo-utilitária, ou seja, o actor racional é colocado no centro do estudo da acção colectiva, e surgem como principais variáveis: a organização, os interesses, os recursos, as estratégias e as oportunidades. A «*identidade orientada*», paradigma europeu que recusa as teses neo-utilitárias do actor racional, definindo como novas todas as dimensões da sociedade pós-industrial (valores, instituições e actores são alguns desses aspectos) valoriza essencialmente as questões de identidade em detrimento das acções estratégicas e de negociação.

O autor analisa estes dois paradigmas e demonstra que ambos partem das características da sociedade civil para, a partir daí, traçarem as especificidades dos actuais movimentos sociais; os quais desenvolvem uma luta por uma sociedade civil democrática defendendo-a, correlativamente, de uma exagerada tutela estatal, objectivo que, porém, não toma por base a ideia de revolução, antes a de «reforma estrutural», em virtude de não estar hoje em causa a extinção do funcionamento autónomo dos sistemas político e económico⁴⁰.

Ambas as perspectivas acentuam a organização dos actores e a racionalidade das suas contestações, geralmente integradas em organizações e associações, pese embora o facto de J. Cohen sugerir que o estudo na perspectiva analítica da identidade acabe por ser menos totalizante conciliando, por isso mesmo, mais a teoria com a prática. Adoptando este argumento como uma das bases de fundamentação, continuaremos esta abordagem dos NMSs, com maior incidência no paradigma da «*identidade orientada*». O outro motivo pelo qual fazemos esta opção deve-se à vocação explícita deste paradigma para as questões de identidade — facto esse claramente assinalado na sua própria designação.

O autor mais marcante desta problemática é, sem dúvida, Alain Touraine. Para ele os movimentos sociais são uma noção central da sociologia e não apenas de uma sociologia dá acção. O papel do sociólogo terá de ser, de acordo com esta perspectiva, o de prever o nascimento de novos movimentos e de novos actores⁴¹.

Em suma, este autor atribui uma responsabilidade quase exclusiva aos movimentos sociais no que respeita às mudanças que se operam na sociedade, pois considera-os como os principais actores em jogo. Todavia ele reconhece que na época actual, essencialmente «moralista» e fracamente alicerçada na razão, os actores sociais ainda

⁴⁰ JEAN COHEN, *o. c.*, pp. 663 e 664.

⁴¹ ALAIN TOURAINE, «Théorie et pratique d'une sociologie de l'action», *Sociologie et Société*, vol x, n.º 2, 1978, p. 177 & *Le retour de Vacteur*, p. 31.

não alcançaram uma expressão política ou ideológica⁴². Pelo menos há uma expressão cultural que já foi adquirida. E muito embora os valores dominantes remetam para a defesa das liberdades individuais e dos direitos do domínio privado, isso não constitui factor impeditivo à emergência de acções colectivas. O movimento de emancipação da mulher poderá ser apresentado como o exemplo mais elucidativo. Aliás, este é para A. Touraine, o movimento cultural mais importante, com semelhanças em relação ao movimento operário e aos movimentos de libertação nacional⁴³.

Apesar de uma diferente formulação teórica, os NMSs analisados por Claus Offe, não diferem significativamente dos referidos por A. Touraine. Com base nos critérios de «sucesso qualitativo de mobilização» e de «impacto político», C. Offe estuda no âmbito dos NMSs: os movimentos ecológicos ou do ambiente, os movimentos em defesa dos direitos humanos — considerando este campo de tal modo lato a ponto de incluir aqui movimentos desde o feminismo ao anti-racismo passando pelas autonomias regionais —, o pacifismo e por último, os «modos de produção e distribuição de bens e serviços alternativos ou comunais»⁴⁴.

Em Claus Offe os temas dos NMSs — a maior parte deles relacionados com «território» e «espaço de acção», «corpo» e «saúde», «ambiente físico», «relações de vizinhança», «identidades culturais» ou «étnicas»⁴⁵ — não são adequados a uma distinção entre «público» e «privado»: «o espaço dos novos movimentos é um espaço de *políticas não institucionais*». Isto significa que contrariamente a A. Touraine — que considera os NMSs destituídos de expressão política e não clarificando, assim, muito bem esta questão —, este autor defende o carácter político destes movimentos, em virtude de os actores tornarem explícitos os seus protestos, utilizarem meios de acção que são tidos como legítimos (pela comunidade política) e visarem alcançar fins

⁴² ALAIN TOURAINE, *Le retour de Vacteur*, pp. 50 e 51. Mais adiante, o autor afirma que a falta de reconhecimento a que são votados os actores sociais se deve ao facto de «as formas de organização política e as ideologias» estarem «largamente atrasadas em relação às práticas, às ideias e às sensibilidades realmente contemporâneas». *O. c.*, p. 52. Será interessante comparar a perspectiva de CLAUS OFFE com a de A. TOURAINE no que concerne ao espaço de actuação (privado ou público, no domínio do político ou do não político) dos NMSs.

⁴³ *Idem*, pp. 155 e 156. Esta opinião relativamente ao movimento feminista é partilhada por HABERMAS que vê como único movimento ofensivo e de emancipação na sociedade actual. Cfr. J. HABERMAS, *Théorie de Vagir communicationnel*, p. 433.

⁴⁴ CLAUS OFFE, *O. c.*, p. 828.

⁴⁵ *Idem*, pp. 828 e 829. Para além dos temas, CLAUS OFFE recorre ainda a mais três variáveis na sua análise dos NMSs: valores, modos de acção e actores.

extensíveis à comunidade⁴⁶. Extensíveis mas não impositivos, isto é, quando não aceites os NMSs procuram apenas a liberdade de um espaço privado onde os seus valores — fundamentalmente os de autonomia, identidade e de recusa da burocratização — possam ter lugar:

*«O novo paradigma divide o universo de acção em três esferas (privada vs política não institucional vs política institucional) e defende a esfera da acção política dentro da sociedade civil, como o seu espaço, a partir do qual desafia tanto as práticas e instituições privadas como as politicamente institucionalizadas»*⁴⁷.

Para além da sua acção política se operar nos limites da sociedade civil, os NMSs não adoptam os modos de organização política dos movimentos tradicionais. Por um lado, existe internamente uma fusão de papéis públicos e privados e uma fraca diferenciação que leva ao estabelecimento de fronteiras ténues tanto entre membros e não membros como entre dirigentes e restantes associados. Por outro, as suas acções pautam-se pela adopção de táticas que envolvam grande número de pessoas (como é o caso das longas marchas pacifistas) e sensibilizem a opinião pública. Também segundo o ponto de vista deste autor, os NMSs não assumem uma postura negociadora em relação aos seus opositores uma vez que tudo se faz em termos de «ou tudo ou nada», «ou sim ou não» pois estes movimentos (desarmamento, direitos das mulheres, anti-racismo) não dispõem de uma contrapartida para oferecer aos seus opositores — diferentemente do que acontece por exemplo com os sindicatos⁴⁸.

A heterogeneidade que caracteriza a base social destes movimentos é provavelmente o traço mais específico destes movimentos sociais: um mesmo movimento pode reunir um grupo de indivíduos bastante heterogéneo. Hoje não parece ser dada tanta relevância aos códigos

⁴⁶ Por oposição a outras formas de acção não institucional como o «crime privado», que não é considerado legítimo nem extensível à comunidade; o terrorismo, também sem legitimidade mas com objectivos abrangentes da comunidade mais vasta; e os movimentos socioculturais de carácter fechado — com uma atitude de *reíro* em relação ao meio social envolvente —, como tal sem pretensões de alcançar a comunidade mas afeitando de legitimidade. Cfr. CLAUS OFFE, *o. c.*, p. 827 — ver especialmente o quadro onde aparecem sistematicamente estas formas não institucionais de acção.

⁴⁷ *Idem*, p. 832.

⁴⁸ C. OFFE estabelece uma distinção entre modos de acção interno e externo. O primeiro diz respeito às acções que conduzem à constituição de uma colectividade; o modo externo de acção consiste no modo como concebem o outro (opositores políticos) ou o mundo envolvente. CLAUS OFFE, *o. c.*, pp. 829 e 830.

sócio-económicos ou políticos — embora, pela nossa parte, admitamos que sejam simultaneamente produzidas formas de ocultação relativamente a esses mesmos códigos que aparentemente os remetem para um certo esvaziamento de sentido. A identidade do movimento social não é encontrada em divisões políticas de «esquerda» ou de «direita», ou sociais de «operário» e «classe média». A sua identidade é apreendida noutras categorias como: «tema, género, idade, localidade, etc, ou no caso dos movimentos pacifista e do ambiente, a raça humana no seu todo»⁴⁹.

Um dos contributos mais significativos nesta matéria é a de J. Habermas no sentido em que concebe os NMSs como reacções defensivas relativamente à penetração do Estado e do mercado na vida social, situação que ele descreve recorrendo à expressão «colonização do mundo da vida». Simplesmente, estas formas de resistência e conflito não são vistas como um regresso ao passado do tradicional mundo sociocultural, antes correspondem a uma vida modernizada que busca ser diferente — o que passa por exemplo pela adesão a diversas formas de associativismo e o empenhamento orientado pela busca de um lugar para a diferença⁵⁰. Os NMSs esboçaram uma «nova política» protagonizada por novas fracções da classe média, escolarmente qualificadas, e distanciadas dos agentes envolvidos nos «velhos» movimentos sociais, isto é, os empresários, os operários e a classe média tradicional ligada ao comércio e ao artesanato.

Todavia será necessário tomar algumas precauções relativamente à «nova política», descrita por Habermas, e de que os NMSs são protagonistas. É preciso levar em conta que estes grupos correspondentes aos NMSs actuam e partilham o mesmo espaço político convencional, marcado por uma teia de ciienteísmos e jogos eleitoralistas. Neste encadeamento lógico e retomando uma vez mais toda a problemática dos movimentos sociais ou dos NMSs perfilhamos do ponto de vista de Alan Scott⁵¹, segundo o qual os NMSs não têm que ser apreendidos

⁴⁹ *Idem*, p. 831. Para C. OFFE a base social dos NMSs é constituída por três segmentos: a nova classe média (profissões ligadas a serviços sociais e sector público); a velha classe média e uma população «periférica» ou «externa» ao mercado de trabalho (desempregados, domésticas, reformados e estudantes). *O. c.*, p. 831.

⁵⁰ J. COHEN, *o. c.*, pp. 705 e 710. J. HABERMAS, *Théorie de Vagir communicationnel*, p. 432. Este autor afirma que se assiste a uma «mudança de problemática» e a uma «mudança política»; deixam de ser centrais os «problemas de segurança económica e social, interior e militar», passando a falar-se de «qualidade de vida, de igualdade de direitos, de realização individual, de participação e de direitos do homem».

⁵¹ ALAN SCOTT, *Ideology and the new social movements*, London, Unwin Hyman, 1990, pp. 9 e 10.

nem explicados no contexto das crises gerais do sistema ou na transformação histórica de longa duração da sociedade capitalista. Este autor vê o reaparecimento dos movimentos de protesto nas nossas sociedades (ocidentais) como sintoma do mau funcionamento e da inadequação dos órgãos de mediação e das instituições intermédias responsáveis pela busca de soluções para as exigências feitas pela sociedade civil.

Por último queríamos expressar a ideia proferida por A. Giddens de que para lá dos movimentos sociais há outros factores que influenciam a mudança e o «rumo dos acontecimentos», como é o caso, entre outros, da opinião pública, e das políticas governamentais⁵². Esta atitude parece ter implícita a procura de não hiperbolizar o papel dos movimentos sociais quer no estudo da mudança social quer no da própria sociologia, assinalando, assim, a importância que outros actores sociais podem ter no processo de produção da sociedade. Concretamente, este autor vê os movimentos sociais como um fenómeno que permite a apreensão de «pistas de futuros possíveis» podendo ser simultaneamente «veículo para a sua realização», para além de fazer à sociologia duas interpelações importantes: a reflexão sobre a diversidade de movimentos de oposição na sociedade moderna e os desafios conceptuais encetados pelas suas temáticas⁵³.

CONCLUSÃO

Como já ficou subentendido anteriormente, a questão das identidades poderá ser discutida a nível dos movimentos que não usufruem como referencial uma dimensão local, isto é, aqueles que representam categorias sociais à partida discriminadas ou afectadas pelo mesmo tipo de problema (mulheres, negros, homossexuais, grupos étnicos, «consumidores», etc.) e que por isso desencadeiam uma luta por direitos humanos e civis sem existir a necessidade de uma proximidade física dos seus elementos e a correspondência a uma determinada base territorial. Neste caso é antes a partir das suas semelhanças e das suas experiências de vida que esses grupos se vão organizar⁵⁴.

Muito pelo contrário os «movimentos locais», sejam eles urbanos ou regionais, estão ligados a um território onde desencadeiam as suas

⁵² A. GIDDENS, *O. C.*, p. 162.

⁵³ *Idem*, p. 161 e ANTHONY GIDDENS, «Dimensões da modernidade», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, pp. 250 e 251.

⁵⁴ Cfr. sobre este assunto RUTHE CORRÊA LEITE CARDOSO, *O. C.*, pp 131 e 132.

lutas. O espaço é, assim, um elemento preponderante na construção da sua identidade. Produto e produtor de relações sociais o espaço é a base territorial não só das práticas sociais como das representações e práticas simbólicas que nele se desenvolvem⁵⁵. É precisamente a questão da identidade dos movimentos de base territorial ou de dimensão local que terá maior cabimento discutir aqui.

Os NMSs de que falámos e de que fazem parte todos os grupos, com maior ou menor nível de formalização e de organização, que actuam numa base local e territorial (associações e clubes de bairro, centros culturais e recreativos, movimentos de moradores com reivindicações em torno da habitação e respectivas infra-estruturas, movimentos para autonomias concelhias ou regionais, etc.) são bem a prova de que o sistema político vigente e as instituições que lhe são inerentes não têm contemplado os temas mais prementes para a sociedade que representam.

Orientando esta reflexão para a realidade portuguesa, no sentido da nossa presente pesquisa de terreno, consideramos da maior importância, ainda que com carácter virtual e sujeitas à necessidade de uma formulação mais precisa, aventar as seguintes hipóteses de trabalho:

- a) Apesar de temporalmente contemporâneos da fase de afirmação dos NMSs nas sociedades ocidentais, os movimentos sociais em Portugal — nomeadamente os que levantam questões relacionadas com identidade, espaço vivido e território — foram e ainda são conjuntamente condicionados por factores de ordem político-institucional da sociedade portuguesa, concretamente pela consolidação da democracia representativa, pelo que esses movimentos surgiram em alguns casos como um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais movimentos (marcados por um forte conteúdo político-ideológico) quer dos NMSs.
- b) Há um certo paralelismo entre o processo de institucionalização dos movimentos sociais — que temporariamente se manifestaram em Abril de 74 —, traduzido na sua reconversão em associações e a assimilação de novos valores e produção de novas representações da vida social com consequências ao nível das práticas culturais, das formas de estar, de agir e de participar socialmente.

⁵⁵ ANTÓNIO GAMA, «Urbanização difusa e territorialidade local», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, Coimbra, CES, 1992, p. 167.

- c) Não obstante o enunciado na anterior hipótese, é fundamental ter em conta que os movimentos sociais continuam a ser um fenómeno político e que nessa medida se torna premente analisar o contexto político em que as suas questões emergem. Somente dessa forma poderão ser combatidos alguns efeitos de ocultação a que nos induzem certas características dos NMSs, nomeadamente as que se prendem com a questão das identidades.